

PALÁCIO DA ALVORADA, BRASÍLIA, DF, 12 DE SETEMBRO DE 2002

*Bom dia!*

Nós vamos, aqui, conversar um pouco, e rapidamente, pelo menos da minha parte, a respeito da última Pnad e da análise que o Ipea fez dos dados da Pnad. Por que eu achei que valia a pena ter uma conversa com a mídia a respeito desse assunto? Porque, na verdade, é a última Pnad que vai ser apurada na minha gestão e porque permite uma comparação entre 1999 e 2001. Os dados são comparáveis – às vezes, vejo notícias sobre dados em que tomam períodos não comparáveis. A metodologia mudou, por razões diferentes, que não permitem a comparação.

Neste caso, como é a mesma metodologia, o mesmo tipo de pesquisa, dá para comparar 1999 com 2001. Também é possível comparar o que aconteceu em 93, ou seja, antes do Real e depois do Real. Tem-se uma série.

É sempre conveniente, quando se lida com dados, ver as tendências, e nunca a tendência de um ano para o outro, mas a de mais longo prazo, se a análise tiver como objetivo entender os processos mais am-

plos que estão ocorrendo numa sociedade, e não simplesmente uma conjuntura ou um dado ocasional.

Então, acho que era uma boa oportunidade para vermos algumas tendências ocorridas, a partir desses dados, que são dados confiáveis, são dados seguros.

Farei uns poucos comentários e, em seguida, vou ter que me retirar, porque tenho outro compromisso. Mas tanto o Ministro do Planejamento quanto o Presidente do Ipea ficarão à disposição, para que vocês possam fazer perguntas e, se quiserem, aprofundar outro tema.

Nós vamos ver, primeiro, alguns dados sobre ocupação. Esses dados mostram que houve uma evolução positiva da ocupação, no Brasil, de 1999 para 2001: de 73,3 milhões de trabalhadores para 75 milhões e 400 mil. Aumentou, portanto, a população ocupada, no Brasil.

Ao mesmo tempo, houve diminuição no trabalho infantil, uma redução de 2 milhões e 600 mil para 1 milhão e 900 mil. Isso é o esforço que tem sido feito através dos programas sociais tipo erradicação de trabalho infantil, que é o PETI - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, em que se dá uma bolsa à família e, ao mesmo tempo, se propiciam escolas para que as crianças que antes trabalhavam possam entrar na escola.

Por que eu mostrei esses dados sobre o trabalho infantil? Pelo seguinte: porque a ocupação sem remuneração caiu e o emprego com carteira cresceu.

Não obstante esses dados estejam claros, vocês vão recebê-los com mais detalhe. A ocupação sem remuneração diminuiu e o emprego com carteira cresceu. Isso significa que, quando eu disse que houve expansão do número de empregados, a qualidade do emprego foi melhorando.

Bom, o número de desempregados caiu ligeiramente, de 7,8 para 7,7 milhões de pessoas, entre 1999 e 2001. Vocês podem se perguntar, então, por que alguns dados aparecem com outros números? Bem, é porque houve uma pesquisa feita pelo IBGE, no censo demográfico, que não é a forma mais indicada para avaliar essa questão de desemprego, e, aí, apareceu um número que foi uma estimativa feita sem os cuidados necessários – não do IBGE, pois ele não precisaria ter, para

aquele fim –, para fins de avaliação de emprego e desemprego. Não havia os cuidados adequados.

Portanto, houve, na verdade, uma diminuição, entre 1999 e 2001, do número de desempregados. E a taxa de desemprego caiu pouco, também. Os dois caíram pouco. Mas não houve aumento do número de desempregados, nem da taxa de desemprego entre 1999 e 2001.

Na taxa de desemprego, vocês podem estranhar, porque o IBGE tem outras medidas sobre desemprego. É no que diz respeito à questão do emprego nas zonas metropolitanas. A taxa de desemprego, lá, caiu, também, mas é menor. Eu não me lembro da última taxa, é 7,2 ou 5, 7,5. Aqui, essa é maior. Por quê? Porque essa é mais abrangente. Nós estamos medindo, aqui, o desemprego no conjunto da população, através de amostra, naturalmente, enquanto que a taxa de desemprego que se publica, do IBGE, faz uma amostragem, mas se refere às seis áreas metropolitanas. O que importa, repito, é a tendência.

Bom, de 1993 – aí, já vamos comparar com antes do Real – a 2001, houve aumento do número de desempregados de 3,4 milhões de pessoas. Portanto, no período do Plano Real, efetivamente, houve um aumento de desempregados. Não de 10 milhões ou 12 milhões, não: de 3 milhões e 400 mil. Por quê? Porque havia, já, em 1993, 4 milhões e 300 mil que estavam desempregados. Claro que não são os mesmos desempregados, isso aqui é uma figura; são outros desempregados, há uma dinâmica.

A quantidade de desemprego aumentou em 3 milhões e 400 mil. É ruim. O ideal, para nós, é que todos estivessem empregados, obviamente. Mas não se pode dizer que tenha havido essa massa de desempregados que, muitas vezes, dados não criteriosos, dão a sensação de que há, de 10 milhões de desempregados. Não, os números são estes que aqui estão: são 7 milhões.

Agora, e para isso é interessante chamar a atenção: não obstante, nesse período de 1993 a 2001, foram criados quase 9 milhões de empregos. De 1993 a 1999, passou-se de 66 milhões para 73 milhões; e, de 1999 a 2001, de 73 para 75 milhões.

Ou seja, houve um aumento de 8 milhões, quase 9 milhões de novos empregos, no Brasil. Não houve destruição de emprego. Então, como se explica isso, que houve aumento da população desempregada e houve aumento razoável dos postos de trabalho, criação de postos de trabalho? Isso se explica pela dinâmica demográfica. Ou seja, houve um crescimento mais rápido da população economicamente ativa do que o crescimento – e reitero crescimento – da oferta de emprego. Não houve retração de emprego, não houve destruição de postos de trabalho, no global: houve aumento do número de postos de trabalho.

Não obstante, esse aumento foi insuficiente para atender ao crescimento da população economicamente ativa. Por quê? Embora hoje a taxa de crescimento da população seja de 1.5%, por aí, 1.7%, na verdade, estamos recebendo, no mercado de trabalho, pessoas que nasceram há 20 anos, quando a taxa de crescimento era maior, era mais de 2%. Então, o que vai acontecer, com o tempo, se se quiser analisar, não de maneira apressada nem catastrofista, o que está acontecendo no Brasil? Como essa taxa está caindo, a oferta de mão-de-obra, a taxa de crescimento da população está diminuindo, nós vamos ter, no futuro, uma pressão demográfica menor sobre o emprego.

Portanto, se se mantiver, e se se ampliar mais ainda a oferta de emprego, chegará um momento – tomara que o quanto antes – em que o Brasil poderá ver índices de redução da taxa de desemprego, até o ideal, que é o pleno emprego, que não está em nenhum país do mundo: hoje, nos Estados Unidos, a taxa de desemprego é de mais de 5%; na Europa, em média, é mais de 10%. Mesmo assim por causa da conjuntura. De qualquer forma, é preciso tomar em consideração que a taxa de desemprego média não é o crescimento ou a diminuição da ocupação, do número de empregos: é uma proporção entre o número de empregos e a quantidade de pessoas que estão disponíveis para trabalhar, a taxa de crescimento demográfico.

Bom, antes de passar para a questão de rendimentos, eu queria chamar a atenção, então, para o seguinte: os dados são bastante claros. Durante todo o período do Plano Real, houve um aumento expressivo do número de empregos, não suficiente, entretanto, para atender ao

crescimento da população. E isso, em momentos; estamos pegando o conjunto, são vários anos. As conjunturas variam de ano a ano: pode ter piorado ou pode ter melhorado. O que interessa para nós, como brasileiros, é ver a tendência. O que está acontecendo na tendência? Estamos piorando ou estamos melhorando? Estamos aumentando a oferta de emprego ou estamos diminuindo? Ainda não chegamos ao ponto que queremos, mas não é verdadeiro imaginar que, por causa da estabilização da economia ou por causa de qualquer outro fator que se ligue ao programa econômico, tenha havido uma redução significativa na oferta de emprego; pelo contrário, o emprego cresceu. A população cresceu mais depressa.

Bem, agora, com relação a uma questão também muito importante que a Pnad permite analisar com mais detalhes: a questão do rendimento da população. Tomando cem como índice, tomando como comparação a situação da população de antes do Real, pessoas com dez anos e mais, pessoas que têm rendimento, estamos vendo o seguinte: esse decil aqui é dos mais pobres do Brasil. Os mais pobres passaram de 100 para 172, entre 1993 e 2001. E assim vai. Aqui são também pobres, mas um pouco menos que esses, 154. E vai indo, vai indo. E aqui estão os mais ricos. Os mais ricos passaram de 100 para 113. O que quer dizer isso? Que os 5% mais ricos – aqui está –, os 5% mais ricos tiveram um aumento de 10%; e os 1% mais ricos, de 2%; enquanto que os 10% mais pobres tiveram um aumento de 72%.

Isso mostra, claramente, que não houve aumento na concentração de renda no Brasil. Isso é renda real, porque é medida pela Pnad. É renda real. Quem disse que houve aumento de concentração de renda, no Brasil, nos anos do Real, não conhece os dados ou então tomou dados escolhidos, comparou um ano que foi pior com outro ano. Mas, na tendência, quando se compara, se eu quisesse comparar 1993 com 1996, teria havido uma explosão de renda, que foi o auge do Real. Mas não é correto eu tomar o dado de 1996, porque tem que ver a tendência. E na tendência houve anos melhores e anos piores. Certamente 1999 não foi um ano bom. Também tomar 1999 como dado importante ou como base distorce os dados, não é correto, no modo de fazer análise.

Mas este dado aqui é inequívoco: o de que os mais pobres melhoraram mais do que os mais ricos, embora todos tenham melhorado. É o que diz este dado aqui, comparando com 1993; quer dizer, antes e depois do Real.

Bem, isto aqui é interessante também. Na questão do rendimento real médio, por tipo de vínculo empregatício, quem mais cresceu foram os funcionários públicos estatutários e os oficiais militares, em comparação com a média brasileira, com os que têm carteira assinada e com outros sem carteira assinada.

Ouçõ frequentemente que, durante o tempo do Real, não houve aumento de salários. Parece-me um pouco estranho que, não tendo havido aumento de salário, tenha havido aumento da renda real média em proporção maior que o da renda do resto da população. Por quê? Porque houve aumento de salário. Não quero entrar nesse debate agora, mas é para dizer, de novo, que as afirmações reiteradas esse dado desmente categoricamente.

Houve um setor que se beneficiou depois de 1993, sobretudo aqui, que teve um aumento grande em 1995. Aqui significa o Regime Jurídico Único. Foi crescendo, caiu um pouco em 1999, cresceu de novo aqui. Não houve diminuição da renda real do salário dos funcionários públicos estatutários e dos ligados, civis e militares.

Acho que convém ver esses dados. Repetem tanto que, depois, à força da repetição, a população acaba acreditando em coisas que não são verdadeiras, não têm base nos dados. Isto podia ser provado de outra maneira: através – e eu tenho os dados – da folha de pagamento ou através da renda média dos funcionários. Mas aqui é melhor, porque não foi feita para isso. Aqui foi feita uma avaliação geral da Pnad sobre renda da população, e deu esse resultado.

Outra coisa que me parece importante assinalar é que, progressivamente, a renda das mulheres está melhorando, como proporção da renda dos homens. Como relação, é injusto, porque as mulheres, em média, recebem 70% do que um homem recebe. É uma discriminação inaceitável. Só que, em 1993, era 59%. Ou seja, também no que diz respeito a gênero, assunto da maior importância, houve melhoria. Não afirmo isso para dizer que está bom, porque 70% não é bom. Bom é

100%, quando for igual. E bom será quando tanto o homem quanto a mulher tiverem mais renda ainda. Mas a tendência não é de piorar. Pena que eu não tenha os dados sobre raça, sobre cor. Teremos, porque acho que o Brasil tem de prestar cada vez mais atenção à diminuição de diferenças entre homem e mulher e entre branco e negro, porque é aí que estão os problemas que temos que enfrentar, e temos que ter consciência deles.

Isto aqui é o famoso índice de Gini, índice que normalmente é usado de maneira um pouco apressada. O índice de Gini se move muito lentamente. Recentemente, uma publicação mostrou que houve uma imensa concentração de renda no mundo, em função da globalização, etc. Nos Estados Unidos, na Inglaterra, a concentração de renda foi muito grande. Isso não aconteceu no Brasil.

Aqui é uma série um pouco mais longa, dos anos 80. Estava em 0,58 em 1981. Quanto mais a inflação subiu, mais concentrou a renda. Vejam em 1989 como concentra. Isso é efeito direto da inflação. Com o Plano Collor, não foi só inflação: foi empobrecimento de todos. E o índice Gini é relativo, de tal maneira que, provavelmente, na África está melhorando. Em países africanos, onde a situação está muito ruim, o índice Gini está melhorando. Por quê? Porque os ricos perderam tanto que ficaram mais próximos dos pobres. Isso aconteceu no Plano Collor, quando houve o confisco. Então, não melhorou a situação dos mais pobres, mas piorou muito a dos mais ricos. Depois você vem com o Plano Real. Daqui por diante desconcentra-se a renda.

Quer dizer, quem diz que houve concentração de renda com o Plano Real não viu os dados. Desconcentrou-se a renda. É claro que passa de 0,60 para 0,57. Em 1976, 72. Esse índice é assim, ele se move muito lentamente.

Quero lembrar a vocês que ouvi, outro dia, um dado de que o Brasil é a quarta maior concentração de renda. Também não é certo, porque não tomaram em consideração o que aconteceu mais recentemente. Nós já estamos próximos do Chile. O Chile é 0,56 e alguma coisa. Ou seja, o movimento da renda no Brasil não tem sido de concentração. E vocês devem ter visto este índice ser usado para dizer o contrário, por-

que se pega um ano, outro ano. Aliás, não tem como. Na verdade, o que não se pode dizer é que não se mudou nada. Mas, na verdade, mudou. A tendência é clara, se vê claramente tudo. Primeiro, vê-se como a inflação leva à concentração de renda e, segundo, como certos planos levam ao empobrecimento de todos e por isso contraem o Gini; e como depois volta – e como, progressivamente, estamos conseguindo uma melhoria de renda.

Isso está bom? Não, não está bom. A renda ainda continua muita concentrada. A renda, num país como os Estados Unidos, deve ser 0,40. E nós estamos ainda em 0,57. Temos um caminho longo a percorrer. Mas estamos percorrendo esse caminho.

E não convém dar ao País uma impressão equivocada de que está tudo piorando. A menos que esteja. Só que não está. E eu estou pegando séries longas. E essa pesquisa não foi feita para o Governo. É uma pesquisa que se faz habitualmente.

Tem mais algum dado? Bem, são mais comuns. Não preciso nem estar comentando. É o que está acontecendo com a posse de bens duráveis. Obviamente, telefonia tem um salto grande. Onde está o do *freezer*? Não tem aí? Não aparece. As vendas de *freezer* diminuíram. Por causa da crise de energia elétrica muita gente deixou de usar *freezer*.

Mas, nisto aqui, nós estamos nos aproximando, em certos casos, da universalização. O abastecimento de água já está crescendo para 80%, o lixo coletado está crescendo, a iluminação elétrica, geladeira... São dados que mostram que estamos chegando próximo da universalização desses bens. E, também, telefonia, é claro, por causa da expansão; e a televisão também está lá por 89%.

Por que vale a pena fazer referência a esses dados? Porque, outro dia, quando vi um dado, também do IBGE, eu disse ao IBGE: “Olha, aqui tem uma contradição, porque, aparentemente, nesses dados, a renda está diminuindo e o consumo está aumentando. Não dá para ser assim. Ou uma coisa está certa ou outra está certa. Não dá para expandir o consumo e diminuir a renda.”

Quando se observa com mais detalhe, vê-se como a Pnad mostra que dá para explicar isso, porque não houve essa diminuição de renda

que se tinha imaginado. Não estou dizendo que não tenha havido anos em que a renda diminuiu: estou dizendo que, na tendência, não houve isso.

Bem, esse também é um dado para o qual gosto de chamar a atenção e acho que é o último de que vou falar. É o seguinte: outro mito, além daquele de dizer que o Real concentrou a renda, foi que o Real destruiu empregos. Estou mostrando que não, não concentrou a renda, não destruiu empregos. Não resolveu o desemprego, é verdade, mas não diminuiu o número de empregos e nem concentrou a renda.

O outro mito é que, por causa da estabilização, que é o Real, houve um sacrifício da área social. Olhem os dados. Isto é o gasto social federal, fora o dos estados, em termos reais – não é nominal: em termos reais.

O que aconteceu? Em 1993, era um gasto de 713 bilhões. Agora, são 172 bilhões, em termos reais. E podem ver que isso aqui foi crescendo no mesmo momento em que se fazia a estabilização da moeda.

Aumentou o gasto, a não ser em 1999, quando nós tivemos a crise conhecida. Mesmo agora, neste segundo mandato, em termos reais, em comparação, houve um aumento do gasto social federal. Isto aqui inclui, naturalmente, previdência pública e previdência privada.

E isso explica, também, o porquê de uma desconcentração de renda. Os programas sociais permitem transferência de recursos. Eu tenho dito com frequência e repito hoje, aqui, que todo o Imposto de Renda, Pessoa Física e Jurídica, no que concerne à parte do Governo Federal, é transferido sob a forma direta de moeda, sob a forma de um cartão, em geral, para as famílias mais pobres: Bolsa-Escola, Programa de Trabalho Infantil, a questão do LOAS, que é para dar recursos para quem não tem renda familiar e já tem uma certa idade; para os portadores de deficiências físicas; para o seguro-desemprego; e para aqueles que não se cotizaram, mas têm previdência rural.

A ação direta do Governo é que tem permitido chegar aos resultados que eu mostrei antes. Não é a dinâmica do mercado, só. Talvez, se fosse só a dinâmica do mercado, a figura fosse outra. Mas há uma ação social.

Então, é preciso manter sempre essa idéia de que, num país como o nosso, o mercado não resolve a questão dos mais pobres, se não houver, junto do mercado, uma ação de governo, concentrada, focalizada. Isso custa fazer, mas nós temos o que chamamos de uma Rede de Proteção Social.

E não são todos esses gastos que vão para isso. Eu falei de 30 bilhões que vão direto para a Rede de Proteção Social. Mas o fato é que o gasto social do Governo ajuda a criar condições que levam a sociedade – a despeito das crises, que foram muitas, e das turbulências que aí continuam, a despeito disso, e a despeito de momentos em que aperta, de tal forma que afeta, realmente, a renda, na tendência – a manter uma situação em que os mais pobres não fossem os mais sacrificados, não fosse o setor dos funcionários o mais sacrificado e que fosse possível continuar uma tendência de uma atenção social maior no País.

Eram esses os esclarecimentos que eu queria prestar, de forma simples e direta, porque acho que chegou a hora de os brasileiros deixarem de pensar sobre si mesmos pelo espelho retrovisor ou através de mitos. Olhem os dados.

Entendo que, na campanha eleitoral, as pessoas usem o dado abusivamente, usem o dado para defender um ponto de vista, mas isso não tem valor científico. Dados que aparecem assim – milhões para cá, bilhões para lá – não têm valor científico, são apenas para fazer propaganda. Todos fazem ou a maioria faz. Mas acho que, quando se vai fazer uma análise mais objetiva, uma análise de governo, é preciso olhar as tendências. O Governo também faz propaganda.

Mas o fato aqui é a Pnad não é uma pesquisa para o Governo, e nem o Ipea é subordinado ao Governo: tem organizações independentes, que permitem uma avaliação. Acho importante que os brasileiros e as brasileiras comecem a entender melhor quais são as perspectivas de futuro, e não fiquem sempre pensando que estamos indo de mal a pior. Em algumas coisas, sim, mas na média não. Na média temos avançado. E a estabilização feita pelo Real continua proporcionando melhores condições de vida. Repito, se se pegar 1996, era

muito melhor; se se pegar 1999, piorou bastante. Mas, se olhar a tendência, é o que eu disse.

Vou deixá-los, com muita pena, mas vou deixar aqui o Ministro e o Presidente do Ipea, que vão esclarecer melhor do que eu as questões que vocês possam colocar sobre esta ou outras matérias. Eles são muito especializados em área política.